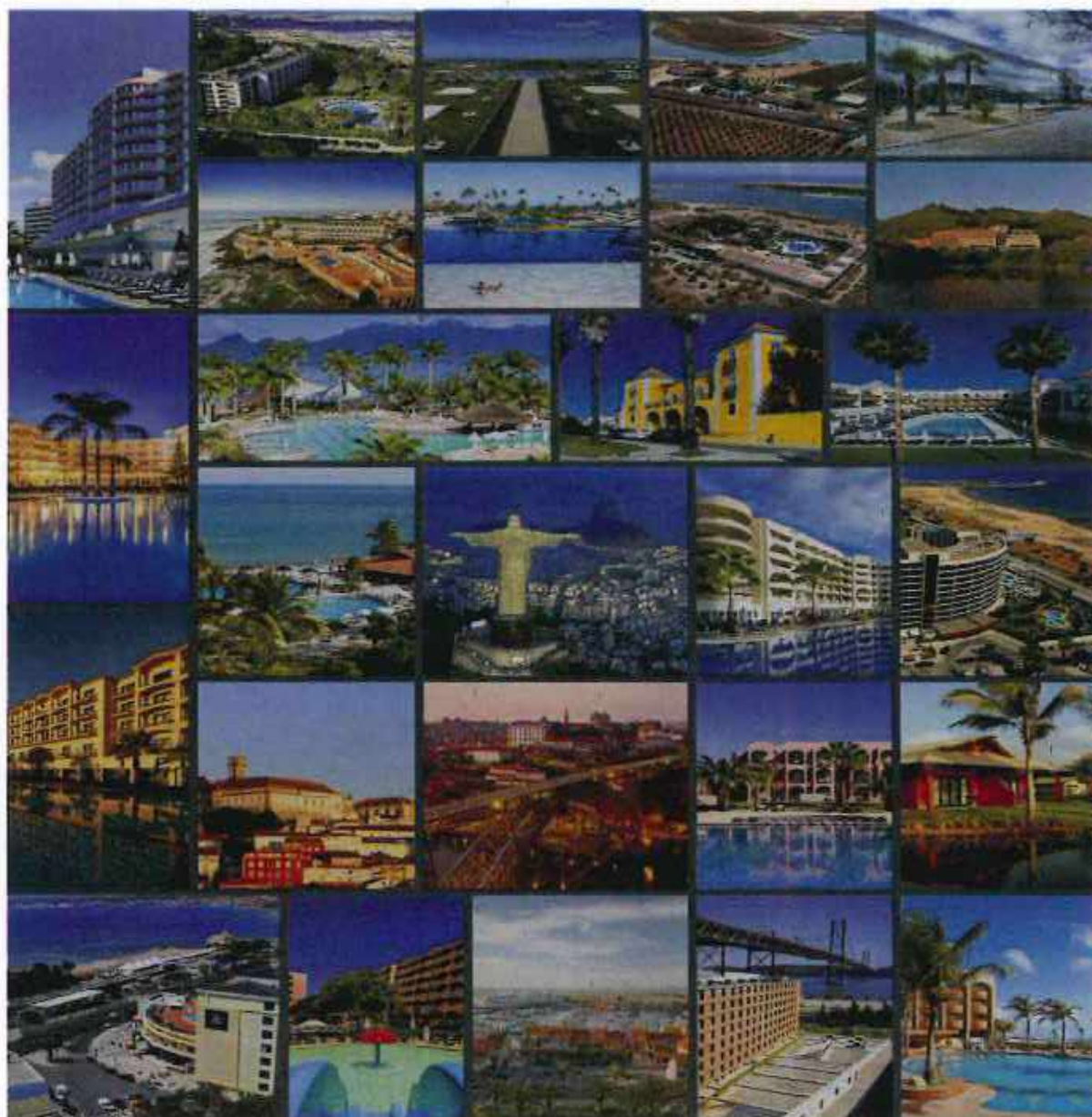


RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2017

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, SA



VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

SÍNTESE DE INDICADORES

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E ACTIVIDADE

NOTAS FINAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

BALANÇO CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

ANEXO CONSOLIDADO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONSOLIDADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, são apresentados de seguida os principais indicadores de atividade consolidada da Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. (Vila Galé ou Sociedade):

Indicador de Atividade Consolidada (Milhões de €)	31.12.2017	31.12.2016
Volume Negócios	162 482 430	145 573 545
Resultados Operacionais Brutos (antes depreciações/amortizações)	67 032 578	52 622 184
Resultados Operacionais	49 924 938	35 983 736
Resultado Líquido	31 924 868	36 198 411
Resultado por Acção	8,06	9,09
Cash-flow líquido (1)	49 379 175	53 215 578
Cash-flow bruto de exploração (2)	67 379 245	53 000 902

(1) - Resultado Líquido+Depreciações+Provisões+Imparidades+Variações Justo Valor

(2) - Resultado Líquido+Depreciações+Provisões+Imparidades+Variações Justo Valor+Juros+Imposto

Indicador de Atividade Consolidada (Milhões de €)	31.12.2017	31.12.2016
Activo líquido	243 725 344	260 208 511
Capitais próprios	142 278 692	145 201 341
Passivo	101 446 651	115 007 170
Autonomia financeira (Capitais próprios/Total do Balanço)	58,38%	55,80%

As vendas e prestações de serviços apresentam no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 um crescimento de 12% face ao período homólogo, ou seja, um acréscimo de receitas de cerca de 17 milhões de euros. Subjacente a este incremento está o acréscimo do preço médio do alojamento e de alimentação, assim como da taxa de ocupação.

Os custos operacionais directos, registaram no exercício findo de 31 de Dezembro de 2017 um acréscimo de 6% (cerca de 5,7 milhões de euros em termos absolutos), inferior ao acréscimo das vendas, o que se traduz numa melhoria directa da margem bruta.

Os indicadores operacionais de exploração directa dos hotéis são os seguintes:



Número Colaboradores Hotéis	1 063	899	18,1%
Quartos Hotéis	1 513 249	1 511 214	0,1%
Ocupação Hotéis	963 999	945 863	1,9%
% Ocupação Hotéis	63,7%	62,6%	1,1 p.p.
Quartos DRHP	42 601	43 495	-2,1%
Ocupação DRHP	28 639	29 047	-1,4%
% Ocupação DRHP	67,2%	66,8%	0,4 p.p.
Receita Alojamento (€)	75 355 099	65 189 365	15,6%
Receita F&B (€)	27 126 455	25 998 309	4,3%
Satisfação Cliente	85,7%	84,5%	1,2 p.p.
Estadia Média	2,85	3,16	-9,5%
Receita Média Alojamento (€)	75,91	66,87	13,5%
Receita Média F&B (€)	27,33	26,67	2,5%

Número Colaboradores Hotéis	956	926	3,3%
Quartos Hotéis	647 373	639 768	1,2%
Ocupação Hotéis	351 429	353 956	-0,7%
% Ocupação Hotéis	54,3%	55,3%	-1,0 p.p.
Receita Alojamento			
Reais	108 573 382	103 905 376	4,5%
Euros	30 113 833	26 945 409	11,8%
Receita F&B			
Reais	65 992 987	67 345 669	-2,0%
Euros	18 303 766	17 464 511	4,8%
Satisfação Cliente	83,9%	83,9%	0,0 p.p.
Estadia Média	3,76	3,85	-2,3%
Receita Média Alojamento			
Reais	308,95	293,55	5,2%
Euros	85,69	76,13	12,6%
Receita Média F&B			
Reais	187,78	190,27	-1,3%
Euros	52,08	49,34	5,6%

Tx Cambio B/P

3,61

3,86

São de destacar:

- ✓ Aumento do número de colaboradores, especialmente em Portugal
- ✓ Aumento da taxa de ocupação na operação em Portugal
- ✓ Diminuição da taxa de ocupação na operação no Brasil
- ✓ Aumento da faturação nas unidades de Portugal e do Brasil
- ✓ Acréscimo no preço médio de Alojamento e de F&B, em Portugal e no Brasil

Handwritten signature and initials

INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas visa a apresentação das contas consolidadas da Vila Galé referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Na sequência da publicação em 13 de Julho do Decreto-Lei n.º 158/2009, que veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras consolidadas da Vila Galé são preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- A estrutura acionista da Vila Galé alterou no exercício de 2017, decompondo-se da seguinte forma:

Acionista	Capital Social	Participação	Porcentagem
XPAR - Participações e Investimentos, SA	13 049 100	2 609 820	59,15%
José Silvestre Lavrador	3 403 620	680 724	15,43%
Maria Helena Jorge	3 403 620	680 724	15,43%
Acções Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
Total	22 062 600	4 412 520	100,00%

- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Coimbra, SA por via da aquisição de 60 ações a José Silvestre Lavrador, passando a participação no capital social para 99,99%.
- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Brasil, por via da aquisição de 842 quotas a José Silvestre Lavrador, passando a participação no capital social para 74%.
- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Gest, SA por via da aquisição de 7 500 ações a Maria Helena da Costa Jorge, passando a participação no capital social para 40%.
- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada SV Frutas - Sociedade Agro-Industrial, Lda por via da aquisição pela participada Casa de Santa Vitoria, de quota representativa de 50% do capital social à Sociedade Agrícola Quinta do Malpique, passando a participação no capital social para 100%.

- A SV Frutas assumiu com referência a 31 de Dezembro de 2017, por via de contrato de trespasse de exploração agrícola, a exploração agrícola de Gustavo Hipólito Carreira Paulo Duarte, com uma área de cerca de 17 hectares de pomar de pera rocha, situada em Santa Vitória.
- A Casa de Santa Vitoria Brasil - Comercio de Bebidas, Ltda, detida a 100% pela Casa de Santa Vitória, SA, iniciou a sua atividade comercial no exercício de 2017.
- A Vila Galé Brasil reforçou a sua posição no capital social da participada DVG por via da aquisição de quota representativa de 50% do respetivo capital social à sociedade Diagonal, passando a participação no capital social para 100%.
- Foi concluída a construção do hotel Vila Galé Porto Ribeira, unidade hoteleira de 4 estrelas, com 67 quartos, que teve como referência o projecto base de documento estratégico relativo à unidade de intervenção CAIS DAS PEDRAS Cristêlo, com incidência específica no quarteirão 07063/4. O conjunto edificado apresentava-se em muito mau estado de conservação, tendo sido efetuada a recuperação do património, salvaguardando as fachadas da frente para o Cais das Pedras, contribuindo para a consolidação do Porto como destino turístico. O investimento total ascendeu a cerca de 5 Milhões de euros.

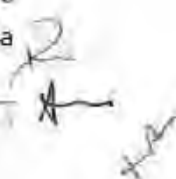
A unidade hoteleira iniciou a sua exploração em Outubro de 2017.

Foi contratado empréstimo bancário de longo prazo no âmbito da iniciativa Jessica (iniciativa criada pela Comissão Europeia e pelo BEI, que permite aos Estados Membros utilizar fundos estruturais para realizar investimentos em projetos inscritos num plano integrado de desenvolvimento sustentável) no montante total de 5 milhões de euros, concedido em duas tranches (i) tranche Jessica, no montante de 2,5 milhões de euros e (ii) tranche BPI, no montante de 2,5 milhões de euros.

- Foi estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Braga a constituição de direito de superfície sobre três prédios urbanos em Braga, com vista à reabilitação e adaptação dos edifícios para instalação de uma unidade hoteleira, a denominar Hotel Vila Galé Braga, com cerca de 127 quartos. O direito de superfície foi constituído pelo prazo de 40 anos, prorrogável por períodos de 10 anos.

O investimento total projetado para esta unidade ascende a cerca de 5 milhões de euros, estando com referência a 31 de dezembro de 2017, executados cerca de 2 milhões de euros.

Para o presente projeto foi submetida candidatura ao Portugal 2020 (programa adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política



de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020).

- Foi estabelecido com a Câmara Municipal de Elvas contrato de Conceção, Adaptação e Exploração do Quartel de São Paulo, situado no centro histórico de Elvas, destinado à atividade hoteleira. O imóvel em questão foi integrado no projeto REVIVE, o qual visa o desenvolvimento de projetos turísticos, promovendo a rentabilização e preservação de património público com recurso a investimentos privados. No âmbito deste contrato, a Vila Galé Internacional reabilitará o edifício em ruínas do quartel de São Paulo, com vista à criação do Hotel Vila Galé Elvas, com cerca de 66 quartos. O contrato foi celebrado pelo prazo de 40 anos, prorrogável.

Para o presente projeto foi submetida candidatura ao Portugal 2020 (programa adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020).

O investimento total projetado para esta unidade ascende a cerca de 6 milhões de euros.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

Os últimos dados publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam para um crescimento da economia (PIB) mundial de 3,6% em 2017 e 3,7% em 2018.

Esta revisão em alta, mais do que a média de 3,4% nos últimos cinco anos, significa que se inverteu a desaceleração da economia mundial que se observava desde 2012 e que registou a taxa de crescimento mais baixa dos últimos cinco anos.

O crescimento das economias mais desenvolvidas consolidou-se, ao mesmo tempo que ganhou expressão nos países emergentes, configurando uma situação de expansão sincronizada no mundo que não era vista desde antes da crise financeira internacional de 2007/2008.

Pese embora, e apesar do crescimento económico, ainda não foram alcançados os níveis de rendimento por pessoa (per capita) registados antes do início da crise, em 2008.



De uma forma geral, as condições de investimento melhoraram num contexto de baixa volatilidade financeira, de redução de fragilidade no setor bancário, de recuperação em vários setores económicos e uma previsão macroeconómica global mais sólida.

As condições monetárias têm contribuído para a aceleração do crescimento económico mundial. O estímulo monetário tem-se mantido devido à ausência de pressões inflacionárias, tanto nos países desenvolvidos quanto na maioria dos emergentes, mesmo diante da aceleração da atividade económica, do aumento dos preços do petróleo na segunda metade do ano e da recuperação do mercado de trabalho em diversos países.

Em termos financeiros, isso tem resultado na valorização dos ativos e em fortes fluxos de capital em direção a países emergentes. No entanto, perspetiva-se que os bancos centrais dos países desenvolvidos, em particular nos EUA, avancem no processo de normalização das respetivas políticas monetárias, sendo que no caso dos EUA, esse processo já se encontra em curso, embora o ritmo previsto para a elevação dos juros pelo *Federal Reserve* seja bastante gradual.

Na Área Euro, o Banco Central Europeu apenas indicou o início do processo de interrupção da política de expansão quantitativa para o final de 2018, mantendo em aberto a velocidade de implementação. Já no Japão, a política monetária continua orientada por uma meta de juro zero para os títulos do governo de longo prazo, sem perspectivas de alterações.

As discussões em torno de uma reforma tributária nos EUA avançaram no Congresso desde Outubro de 2017. Esta reforma, centrada no corte de impostos das empresas e mudanças nas regras para pessoas físicas, poderá ter impacto positivo, ainda que temporário, sobre o crescimento no próximo ano, podendo ainda levar a uma reação mais contundente do *Federal Reserve* (Fed) em termos de aumento dos juros.

No que respeita aos EUA, os indicadores disponíveis indicam a continuação de uma forte expansão da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho e exportações de bens) e de uma evolução favorável do mercado de trabalho. O consumo privado manteve-se robusto, e a taxa de desemprego estabilizou em 4,1% e a taxa de inflação homóloga subiu para 2,2%.

A China e a Índia, duas das grandes economias emergentes e que representam 40% do PIB mundial, apresentaram as taxas de crescimento mais elevado com 6,8% e 5,7% respetivamente, em 2017.

Na União Europeia (UE) e na área do euro (AE) o PIB aumentou para 2,6%, em termos homólogos reais, em ambas as zonas, refletindo uma melhoria do investimento e das exportações, assim como de todos os indicadores de confiança, com destaque para o setor da construção.

2A + A

A taxa de desemprego diminuiu quer para a UE, quer para a AE, situando-se em 7,4% e 8,8%, respetivamente, alcançando os valores mais baixos desde o início de 2009.

Em dezembro de 2017 o preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a evoluir no sentido ascendente, para se situar, em média, em 63 USD/bbl (54 €/bbl), refletindo a extensão do acordo para a redução da produção de petróleo até ao final de 2018, decidido na reunião da OPEP, no final do mês de novembro de 2017. Alguma instabilidade política na Arábia Saudita e o encerramento durante algum tempo de um oleoduto no Mar do Norte, limitando a produção desta matéria-prima.

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estáveis para a área do euro, situando-se em -0,33%, em média. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida para 1,58%, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 13 de dezembro, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,25% e 1,50%. O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) confirmou, no dia 14 de dezembro, a diminuição do montante de compras líquidas de ativos mensais para 30 mil milhões de euros, a partir de janeiro de 2018 e, até setembro (anteriormente era de 60 mil milhões de euros) e, manteve as taxas de juro inalteradas.

Ao longo de 2017, assistiu-se a uma apreciação significativa do euro face ao dólar, beneficiando de uma forte expansão económica da área do euro, em acumulação com a recuperação do mercado de trabalho, nomeadamente em termos de descida da taxa de desemprego.

ECONOMIA NACIONAL

Em 2017, a economia portuguesa apresentou sinais de grande dinamismo e convergência com a Europa.

Com base nos dados publicados pelo INE, registou-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em termos homólogos, de 2,5%, sustentado pelo crescimento das exportações, pela aceleração do consumo privado e pela recuperação do investimento.

A OCDE na sequência deste crescimento, colocou o país no grupo das cinco economias da zona euro com acelerações de crescimento superiores a 1 ponto percentual em relação ao ano anterior, a par da Estónia (uma subida da taxa de quase 2 pontos percentuais, de 2,1% para 4%), Letónia (de 2% para 3,8%), Grécia (de estagnação para 1,8%) e Lituânia (de 2,3% para 3,5%).

Segundo as estimativas do "Economic Outlook" da OCDE, o crescimento económico em Portugal deverá "permanecer acima dos 2% em 2018 e 2019, impulsionado pela procura interna e pelas exportações", o que significa que o país irá crescer acima da média da zona euro durante três anos.

O mesmo documento prevê que "o crescimento do consumo continuará sólido, suportado pela descida da taxa de desemprego [de 9,1% este ano para 8,2% em 2018 e 7,4% em 2019] e por um mais forte crescimento dos salários", segundo o qual "o investimento será impulsionado pela aceleração do mercado exportador e pelo crescente investimento público".

No que se refere ao défice orçamental português, as estimativas da OCDE apontam para um défice de 1,5% do PIB este ano, de 1% em 2018 e de 0,3% em 2019.

O "Economic Outlook" de outono refere ainda o "elevado nível de endividamento" do setor privado em Portugal, "apesar da desalavancagem feita nos últimos quatro anos", advertindo que esta situação "agrava a vulnerabilidade do sistema bancário", que "continua a apresentar baixos níveis de rentabilidade e um elevado nível de crédito malparado".

ACTIVIDADE

Portugal

A Vila Galé, SA, registou um crescimento de 1.1 pp nas suas taxas médias de ocupação anuais passando para os 64,4% e um crescimento na faturação global na ordem de 12% correspondente a cerca de 10 milhões de euros e totalizando 96 milhões de euros.

A continuação da recuperação económica sentida nos principais mercados emissores europeus e o crescimento registado no número de turistas em Portugal são importantes razões que justificam o aumento da procura.

A estratégia comercial adotada em 2016 e mantida em 2017, permitiu otimizar as receitas e crescer no preço médio de venda global.

Facto importante a realçar é que o crescimento foi generalizado em todas as unidades.

O mercado português manteve o peso relativo na ordem dos 30% e os mercados internacionais mantiveram o peso nos 70% das dormidas do grupo.

Os principais mercados são UK, Alemanha, Espanha, Holanda e França. De notar que os principais mercados emissores internacionais registaram crescimentos.

Mantém-se um efeito de sazonalidade, com os hotéis a registarem boas taxas de ocupação no período de abril a outubro, e fraca ocupação nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Novembro e Dezembro - 5 meses).

Brasil

Os hotéis Vila Galé no Brasil registaram uma taxa média de ocupação em 2017 de 54% contra os 56% registados em 2016. As receitas net atingiram o valor de 178 milhões de

reais contra os 175 milhões em 2016, representando um crescimento de 1,8%. De realçar que o crescimento na receita resulta essencialmente dos resorts (Vila Galé cumbuco e Vila Galé Marés), sendo que os hotéis Vila Galé Fortaleza e Salvador registaram igualmente crescimentos significativos na ordem dos 13,5%. Em sentido oposto temos a quebra significativa registada no Vila Galé Rio de Janeiro, que beneficiou no ano de 2016 dos jogos olímpicos.

A manutenção da estratégia comercial adotada nos últimos anos, assente essencialmente na otimização das receitas através do crescimento do preço médio, permitiu a manutenção do nível de receitas.

O mercado interno brasileiro continua a ser o principal mercado emissor para todas as unidades representando 89% dos quartos ocupados.

ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Resultados operacionais

RENDIMENTOS E GASTOS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	162 482 430	145 573 545
Subsídios à exploração	385 668	585 153
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	21 059	149 698
Variação nos inventários da produção	(56 303)	225 396
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(21 662 171)	(22 302 264)
Fornecimentos e serviços externos	(41 150 517)	(39 157 224)
Gastos com o pessoal	(37 167 267)	(32 800 233)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(343 012)	(226 285)
Provisões (aumentos/reduções)	(34 285)	(186 149)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	30 630	33 715
Outros rendimentos	7 493 792	2 789 839
Outros gastos	(2 967 446)	(2 063 007)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	67 032 578	52 622 184
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(17 107 541)	(16 638 448)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	49 924 938	35 983 736

Verifica-se que as vendas e prestações de serviços apresentam no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 um crescimento de 12% face ao período homólogo, ou seja, um acréscimo de receitas de cerca de 17 milhões de euros. Este acréscimo resulta quase em exclusivo da operação de Portugal, com um acréscimo de 13,5 milhões de euros tendo a operação do Brasil aumentado 3,5 milhões de euros.

Os custos operacionais diretos apresentam um acréscimo de 6% face ao ano transato, acréscimo este inferior ao acréscimo do nível das vendas, o que permitiu uma melhoria da margem direta no resultado operacional.

Resultados financeiros

RENDIMENTOS E GASTOS	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos	7 887 126	16 064 837
Juros e gastos similares suportados	(18 030 124)	(4 042 218)
Resultado antes de impostos	39 781 941	48 006 355

Os resultados financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 ascenderam a 10 milhões de euros negativos (12 milhões de euros positivos em 2016).

Estes resultados têm subjacentes as variações cambiais EUR/BRL, inerentes aos financiamentos do Brasil.

Investimento

Activos fixos tangíveis;

Dando continuidade ao plano continuado de remodelação e melhoramento das suas unidades hoteleiras, a Empresa realizou no exercício de 2017 obras num investimento total de 2,9 milhões de euros em Portugal e cerca de 5 milhões de euros no Brasil.

Foi concluída a construção da nova unidade hoteleira no Porto, Hotel Vila Galé Porto Ribeira, cujo investimento ascendeu a cerca de 5 Milhões de euros. O início da exploração hoteleira ocorreu em Outubro de 2017.

Está projetado um investimento numa nova unidade, Hotel Vila Galé Braga, num montante de cerca de 5 milhões de euros, estando com referência a 31 de dezembro de 2017, executados cerca de 2 milhões de euros. Está prevista a conclusão da unidade em Maio de 2018.

No Brasil está projetada uma nova unidade, a saber Vila Galé Touros, num investimento total estimado de cerca de 20 milhões de euros, estando com referência a 31 de dezembro de 2017, executados cerca de 12 milhões de euros. Está prevista a conclusão da unidade em Julho de 2018.

Dívida financeira

A dívida financeira no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 reduziu em 13,8 milhões, decorrente da amortização das linhas de crédito de médio/longo prazo de acordo com os planos de pagamentos estabelecidos com as entidades bancárias.

Impostos diferidos

As variações registadas nos impostos diferidos activos e passivos, resultam essencialmente da operação do Brasil, dado que de acordo com a legislação Brasileira, as variações cambiais inerentes a operações não fechadas não concorrem para efeitos de imposto sobre lucros.

SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E SEGURANÇA SOCIAL

Em observação do Decreto-Lei 543/80, de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos, nem a Empresa é devedora de qualquer dívida vencida à Segurança Social.

PERSPECTIVAS FUTURAS

No que respeita a Portugal, para 2018 as nossas previsões apontam para uma manutenção das taxas de ocupação globais, bem como do preço médio, não se prevendo o mesmo ritmo de crescimento que se tem observado nos últimos anos.

No Brasil, para 2018 e mantendo-se a desaceleração da economia brasileira bem como a instabilidade vivida, e também por opção estratégica de crescimento assente na receita, é expectável que as taxas de ocupação e as receitas se mantenham nos valores registados em 2017.

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
N.º 1/2018

Os membros do Conselho de Administração da Empresa, querem deixar expresso o seu reconhecido agradecimento a todas as entidades públicas e privadas que, directa ou indirectamente, têm apoiado e colaborado com a nossa Sociedade e que contribuíram para a actividade da empresa ao longo do ano de 2017.

Agradece-se e assinala-se com particular estima, o apoio e a colaboração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral, Conselho Fiscal e Revisores Oficiais de Contas, no desempenho das suas funções.

Aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio, o nosso reconhecimento pela confiança que têm depositado nas nossas actividades.

Finalmente, é merecedor de reconhecimento aos colaboradores da Empresa, o elevado espírito de profissionalismo, sentido de dever, contributo, empenho, decisivos para os resultados alcançados.

Lisboa, 18 de Maio de 2018

Conselho de Administração



JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA



GONÇALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA



MARIA FILOMENA ARRIAGA DA CAMARA STONE
SANZ PINTO

Modelo de Governo Societário

O modelo de governo da Sociedade – que compreende nomeadamente uma estrutura de administração que tem a seu cargo a actividade de gestão (Conselho de Administração) e uma estrutura de fiscalização (Conselho Fiscal).

Tal modelo de governo, usualmente designado dualista, visa assegurar, com transparência e rigor, a separação de funções e a especialização da fiscalização. A referida estrutura de administração e fiscalização da Vila Galé compreende três órgãos:

- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal; e
- O Revisor Oficial de Contas.

Este modelo pretende alinhar os interesses da Vila Galé com os interesses dos seus accionistas. Nessa medida, cabe à Assembleia Geral da Vila Galé eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Fiscal.

A separação das funções de gestão e fiscalização materializa-se no Conselho Fiscal, enquanto órgão máximo responsável por esta última.

A opção por este modelo de gestão e fiscalização ocorreu no contexto das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março.

Composição dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA - Presidente

GONÇALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA - Vogal

MARIA FILOMENA ARRIAGA DA CAMARA STONE SANZ PINTO - Vogal



Conselho Fiscal:

ANTÓNIO HENRIQUES DE PINHO CARDÃO- Presidente

MANUEL LARANJO PEREIRA – Vogal

MANUEL ADRIANO DE CARVALHO NUNES - Vogal

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

BDO & ASSOCIADOS, SROC, Lda

Representada por Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC nº 725)

Acções da Vila Galé detidas pelos Órgãos Sociais

O quadro seguinte apresenta as acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais, assim como os movimentos ocorridos no exercício de 2017, de acordo com o disposto no nº 5 do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais:

S. Social	Movimentos de Acções	
	31.12.2017	31.12.2018
JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA - Presidente	-	2 269 296
GONÇALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA – Vogal	-	-
MARIA FILOMENA ARRIAGA DA CAMARA STONE SANZ PINTO - Vogal	-	-
ANTÓNIO HENRIQUES DE PINHO CARDÃO- Presidente	+	-
MANUEL LARANJO PEREIRA – Vogal	-	-
MANUEL ADRIANO DE CARVALHO NUNES – Vogal	+	-

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2017	31.12.2016	RUBRICAS	NOTAS	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO				CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Activo não corrente				Capital próprio			
Ativos fixos imovíveis	(6)	3.123.011,026	3.493.900,830	Capital subscrito	(20)	22.062.600	22.062.600
Propriedades de investimento	(7)	2.328.217	2.603.098	Ações próprias	(21)	(56.075.000)	(56.075.000)
Goodwill	(8)	219.396	262.589	Outros instrumentos de capital próprio			
Ativos intangíveis	(9)	1.672.429	963.697	Prêmios da emissão	(22)	5.004.178	3.940.289
Ativos biológicos	(10)	1.314.531	1.401.894	Reservas legais	(23)	85.234.028	91.218.122
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial				Outras reservas		57.228.027	44.771.585
Outros investimentos financeiros	(11)	354.485	5.610.731	Resultados transitados		657.430	552.771
Créditos a receber	(12)	584.739	546.954	Excedentes de revalorização		(4.862.764)	2.894.807
Outros ativos financeiros	(13)	9.313.477	8.065.901	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
Ativos por impostos diferidos						302.148.502	106.870.154
Activo corrente		155.578.300	169.399.098	Resultado líquido do período		37.010.947	36.114.629
Inventários	(14)	11.270.979	8.166.504	Interesses que não controlam	(24)	2.115.243	7.714.597
Ativos biológicos	(15)	36.510	7.304	Total do capital próprio		3.02.278.692	1.45.201.341
Clientes	(16)	3.666.643	18.696.510	Passivo			
Adiantamentos a fornecedores	(17)	1.984.768	1.181.877	Passivo não corrente			
Estados e outros entes públicos	(18)	4.773.933	1.961.608	Provisões			
Créditos a receber		3.578.537	3.766.370	Financiamentos obtidos	(25)	740.205	805.143
Emprestimos		6.455.281	210.591	Financiamentos por impostos diferidos	(26)	53.710.612	65.536.567
Ativos financeiros detidos para negociação				Outras dívidas a pagar	(28)	4.930.978	3.673.447
Outros ativos financeiros				Passivo corrente		57.415.420	70.257.660
Ativos não correntes detidos para venda	(19)	32.380.483	36.818.698	Fornecedores	(27)	13.204.794	12.293.847
Caixa e depósitos bancários		78.147.044	90.808.412	Adiantamentos de clientes	(17)	9.582.551	9.692.214
				Estados e outros entes públicos	(26)	3.309.683	3.883.741
				Financiamentos obtidos	(26)	9.864.777	11.010.488
				Outras dívidas a pagar	(28)	6.833.484	8.155.844
				Empréstimos	(18)	1.229.943	854.396
				Passivos financeiros detidos para negociação			
				Outros passivos financeiros			
				Passivos não correntes detidos para venda			
Total do ativo		343.725.344	260.208.511	Total do passivo		44.031.231	44.749.510
				Total do capital próprio e do passivo		101.446.651	115.007.170
						343.725.344	260.208.511

12

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	[29]	162 482 430	145 573 545
Subsídios à exploração	[30]	385 668	585 153
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	[10]	21 059	149 698
Variação nos Inventários da produção	[29]	(56 303)	225 396
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	[29]	(21 662 171)	(22 302 264)
Fornecimentos e serviços externos	[31]	(41 150 517)	(39 157 224)
Gastos com o pessoal	[32]	(37 167 267)	(32 800 233)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(343 012)	(226 285)
Provisões (aumentos/reduções)		(34 285)	(186 149)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor	[33]	30 530	33 715
Outros rendimentos	[34]	7 493 792	2 789 839
Outros gastos	[35]	(2 967 446)	(2 063 007)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67 032 578	52 622 184
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	[6] ; [8] ; [9]	(17 107 641)	(16 638 448)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		49 924 938	35 983 736
Juros e rendimentos similares obtidos	[36]	7 887 126	18 064 837
Juros e gastos similares suportados	[37]	(18 030 124)	(4 042 218)
Resultado antes de impostos		39 781 941	48 006 355
Imposto sobre o rendimento do período	[38]	(7 857 072)	(11 807 944)
Resultado líquido do período		31 924 868	36 198 411
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	[39]	32 010 947	35 114 629
Interesses que não controlam		(86 079)	83 782
		31 924 868	35 198 411
Resultado por ação básico	[40]	8,06	9,09

Handwritten signature and initials

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capitais próprios atribuídos aos detentores de capital da empresa-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total de capital próprio
		Capital subscrito	Ações próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/diferenças no capital próprio			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	22.062.600	-58.075.000	2.630.031	80.925.926	35.455.213	652.771	-3.180.395	102.449.016	2.049.533	104.498.548
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						1.654.407		5.423.814	5.162.462		3.741.862
Reserva fiscal inventos					-1.329.839						0
Subsídios investimentos								-862.105	-862.105		-862.105
Suavização de investimentos - Impostos diferidos								500.432	500.432		100.472
Aplicação do método de equivalência patrimonial								562.659	562.659		502.459
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas reversões								0	0		0
Imposto diferido passivo excidente revalorização								0	0		0
Variação Goodwill negativo								0	0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0	0		0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0	0	0	-1.339.839	1.658.467	0	6.056.202	6.374.830	0	6.374.830
RESULTADO INTEGRAL	3										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4-3-2										
Aplicação de resultados											
Reatribuições de capital											
Reatribuições de patrimônio emitido						-1.695.713			-1.695.713		-1.695.713
Distribuições											
Excedentes para a liquidação de passiva											
Outras operações											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	5-1-2-3-4-5	22.062.600	-58.075.000	3.364.263	81.238.121	44.771.995	652.771	2.895.803	102.984.784	2.216.557	105.201.341
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	22.062.600	-58.075.000	3.364.263	81.238.121	44.771.995	652.771	2.895.803	102.984.784	2.216.557	105.201.341
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-1.785.277		-7.536.456	-8.673.067		-8.673.067
Reserva fiscal inventos					871.640						0
Subsídios investimentos								-543.007	-543.007		-543.007
Suavização de investimentos								147.340	147.340		247.340
Suavização de investimentos - Impostos diferidos								0	0		0
Aplicação do método de equivalência patrimonial								0	0		0
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas reversões								0	0		0
Imposto diferido passivo excidente revalorização								0	0		0
Alheiação patrimonial consolidada								0	0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0	0		0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0	0	0	671.640	-1.142.799	0	-7.758.867	-7.087.259	0	-7.087.259
RESULTADO INTEGRAL	8										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-7-8										
Atribuição de resultados											
Reatribuições de capital											
Reatribuições de patrimônio emitido											
Distribuições											
Entradas para colmatação de passiva											
Outras operações											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	10	22.062.600	-58.075.000	5.046.278	86.234.821	57.126.027	652.771	-4.862.764	107.159.457	2.216.557	109.376.014

10

VILA GALE, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		31.12.2017	31.12.2016
Recebimentos de clientes	+	150 295 923	152 320 723
Pagamentos a fornecedores	-	53 186 106	61 041 300
Pagamentos ao pessoal	-	35 458 410	34 378 958
Fluxo gerado pelas operações		61 651 407	56 900 465
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	±	-11 007 945	-8 742 340
Outros recebimentos/pagamentos	±	-976 352	-4 368 229
Fluxos das actividades operacionais (1)		49 667 110	43 789 896
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	0	0
Activos intangíveis	+	0	4 988
Investimentos financeiros	+	968 993	24 500
Subsídios para investimentos	+	0	201 270
Juros e rendimentos similares	+	4 443 717	3 255 182
Dividendos	+	0	0
Outros activos	±	0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	23 981 422	11 359 724
Activos intangíveis	-	1 370	44 082
Investimentos financeiros	-	10 484 877	1 426 696
Outros activos	-	416 451	1 562 414
Fluxos das actividades de investimento (2)		-29 471 410	-10 906 976
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	6 957 344	3 815 713
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	6 594 338	0
Cobertura de prejuízos	+	0	0
Subsídios e Doações	+	216 655	463 000
Outras operações de financiamento	±	0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	26 526 659	12 005 095
Juros e custos similares	-	1 604 465	2 472 192
Dividendos	-	25 611 219	1 953 712
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	1 000 000	0
Outras operações de financiamento	-	0	0
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-40 974 005	-12 152 287
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-20 778 305	20 730 633
Efeito das diferenças de câmbio		-2 659 910	3 753 699
Efeito alteração perímetro		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		56 818 699	32 334 366
Caixa e seus equivalentes no fim do período		33 380 483	56 818 698

1. Actividade económica da Vila Galé

A Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. (adiante designada por Empresa ou Vila Galé) é uma sociedade anónima, com sede no Campo Grande 28 – 11º, 1700-093 Lisboa, constituída em 30 de Maio de 1986 e que tem como actividade principal a realização e gestão de empreendimentos turísticos.

As actividades do Grupo são centradas essencialmente na área da exploração e gestão de empreendimentos turísticos e imobiliários, mas abrangem também outras áreas tais como exploração agrícola, silvícola, pecuária e cinegética, gestão de imóveis, produção de vinhos comuns e licorosos.

Em termos geográficos o Grupo Vila Galé opera nos mercados de Portugal e Brasil.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Vila Galé agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações, a posição financeira, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio, para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras são expressas em Euros.

Na sequência da publicação em 13 de Julho do Decreto-Lei n.º 158/2009, que veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vila Galé são preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação

[Handwritten signatures and initials]

das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da Vila Gale e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Vila Gale), e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo por via das participações financeiras em empresas associadas.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, de directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos, excepto até ao ponto em que a parte minoritária tenha a obrigação de fazer investimento adicional para cobrir as perdas. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou

214
A

indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças resultantes de Concentrações de Actividades Empresariais - "Goodwill"

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, sendo amortizado em 10 anos.

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado se existirem indicações de que o mesmo possa estar em imparidade.



Aquisição e diluição de Interesses Minoritários

Nas transacções com Interesses minoritários, o Grupo aplica o "Parent Company Model" de uma forma consistente para as aquisições e alienações.

Nas aquisições, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses minoritários adquiridos são registadas por contrapartida de "goodwill".

Quando uma parte da participação numa subsidiária é alienada sem que haja perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, é reconhecido nos capitais próprios. O efeito de diluição ocorre quando a percentagem de participação numa subsidiária diminui sem que o Grupo tenha alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participa proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Os ganhos ou perdas resultantes do efeito da diluição são contabilizados pelo Grupo em resultados do exercício.

O Grupo reconhece os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital em resultados do exercício.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas.

O "goodwill" gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão para Euros dos resultados do exercício,



resultantes do diferencial entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Para efeitos de consolidação, a conversão cambial obedece às seguintes regras:

- As operações (demonstração de resultados) são convertidas utilizando a média diária das taxas (spot) cotadas (Banco de Portugal) durante o ano.
- Os saldos (balanço) são convertidos utilizando a taxa (spot) cotada (Banco de Portugal) com referência a 31 de Dezembro.

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2017:

	31/12/2017	31/12/2016
Real Brasileiro - BRL	3,9729	3,4305

d) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é



reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, negociação e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

242

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Transferências entre categorias

O Grupo não procedeu à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial tais como: (i) para os títulos cotados uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado

[Handwritten signature and initials]

dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivos correntes, excepto se o Grupo possuir o direito de diferir a liquidação do passivo por 12 meses após a data do balanço.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

h) Activos fixos tangíveis



Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	10 a 20
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

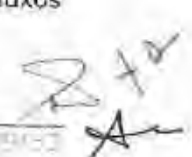
Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são são capitalizados como parte do custo desses activos. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são incorporadas no custo dos activos.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos



de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

Os custos inerentes à propriedade industrial e outros direitos, designadamente direitos de plantação e alvarás, sendo objecto de amortização por um período de 10 anos.

j) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

k) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Handwritten signature and initials.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição ou produção e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos.

m) Activos biológicos

São classificados pelo Grupo Vila Galé como activos biológicos os animais e plantas vivos inerentes à sua actividade agrícola, podendo os mesmos ter a natureza de activos biológicos de consumo ou de produção.

São activos biológicos de consumo os que estejam para ser colhidos como produto agrícola ou vendidos como activos biológicos. Os activos biológicos de produção são os que não são produto agrícola mas antes de regeneração própria.

Os activos biológicos são reconhecidos pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda (os quais incluem comissões e taxas, sendo excluídos os custos de transporte e outros necessários para levar os activos para o mercado). As variações de justo valor são reconhecidas no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Os activos biológicos para os quais não estejam disponíveis preços de mercado e outras possíveis alternativas para estimar o justo valor sejam consideradas como não fiáveis, são mensurados ao valor de custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

n) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

o) Benefícios aos empregados

Os benefícios aos empregados resumem-se a benefícios de curto prazo.

Pensões

Não existem planos de pensões em vigor no Grupo.

Outros benefícios

Remunerações variáveis aos empregados

Não existem remunerações variáveis estabelecidas. A ocorrerem, por deliberação do Conselho de Administração e Accionistas, são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

p) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

q) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que o Grupo Vila Galé cumprirá as condições a eles associadas. Um subsídio do Governo pode assumir a forma de dinheiro ou como redução de passivo, sendo a sua contabilização efectuada de igual modo.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Um subsídio que se torne recebível para compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Sociedade sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento no período em que se torna recebível.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis ou intangíveis, são inicialmente reconhecidos em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

72
A

Caso os activos subsidiados não sejam depreciáveis, são mantidos em capitais próprios até ao momento da sua alienação, ou se a respectiva quantia se revelar necessária para compensar qualquer perda de imparidade.

Os subsídios que assumem a forma não monetária, designadamente a transferência de activos fixos tangíveis para uso da Sociedade, são registados em capitais próprios ao justo valor dos activos não monetários, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada dos respectivos activos.

r) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo. O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

A facturação de prestações de serviços de hotelaria é efectuada no momento da saída do cliente. Os proveitos respeitantes a serviços de hotelaria a facturar a clientes que ainda não saíram à data de balanço, são reconhecidos no período.

A facturação de vouchers para utilização futura em qualquer hotel da cadeia Vila Galé é efectuada no momento da venda dos vouchers. Os proveitos associados são diferidos, sendo reconhecidos aquando da sua utilização nos hotéis pelo titular.

Os programas de fidelização de clientes são reconhecidos de acordo com o estabelecido na IFRIC 13.

s) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

t) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

u) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro consolidado atribuível aos accionistas da Vila Galé pelo número de acções ordinárias, excluindo as acções próprias.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

w) Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.



O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF estabelecem que uma série de tratamentos contabilísticos requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os gastos e os rendimentos reais podem diferir destas estimativas.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera no entanto que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos não correntes e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O Grupo revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias e associadas. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro - económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação

HA
A

disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

Justo valor dos Activos biológicos

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de rendimentos/rédito

A facturação de prestações de serviços de hotelaria é efectuada no momento da saída do cliente. Os rendimentos respeitantes a serviços de hotelaria a facturar a clientes que ainda não saíram à data de balanço, são reconhecidos no período.

A facturação de vouchers para utilização futura em qualquer hotel da cadeia Vila Galé é efectuada no momento da venda dos vouchers. Os rendimentos associados são diferidos, sendo reconhecidos aquando da sua utilização nos hotéis pelo titular.

Os programas de fidelização de clientes são reconhecidos de acordo com o estabelecido na IFRIC 13.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

Handwritten signatures and initials:
R
A
A

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Vila Galé e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da Vila Galé e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo Vila Galé expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo Vila Galé a riscos financeiros reside essencialmente (i) na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e (ii) nos seus investimentos em subsidiárias, resultando em riscos de taxa de câmbio.

Não existem instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo Vila Galé opera internacionalmente encontrando-se exposto a risco cambial no Real Brasileiro (BRL), inerente aos investimentos do Grupo nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos são denominados em BRL e portanto expõem-no ao risco de conversão cambial.

Não existem instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos cambiais e/ou outras estruturas de cobertura, dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos líquidos nestas subsidiárias brasileiras.

Gestão do risco de crédito de contraparte



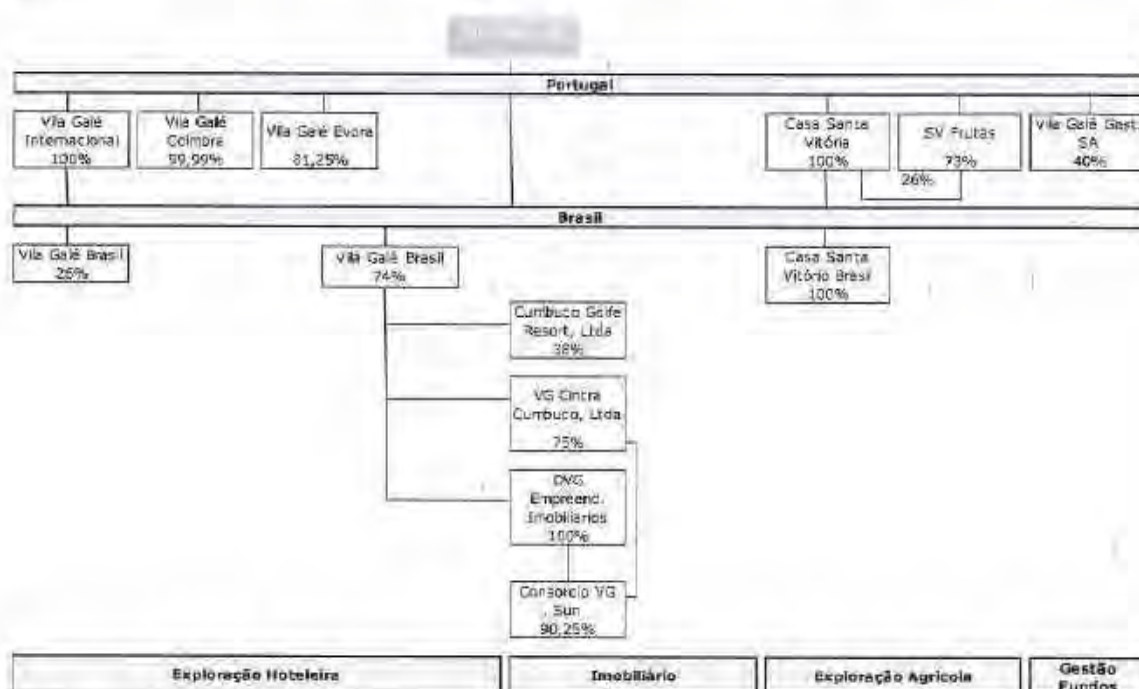
A política do Grupo Vila Galé, em termos de risco de crédito em contrapartes, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. O crescente volume de clientes individuais captados pela própria Vila Galé ao invés de operadores turísticos é um factor que tem mitigado o risco de concentração de crédito em contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo Vila Galé efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais, que permitem acesso imediato a fundos.

5. Perímetro de consolidação

É apresentado de seguida o organograma de participações com referência a 31 de Dezembro de 2017:



Descreve-se, sucintamente, as atividades das diversas sociedades subsidiárias:

- Vila Galé Internacional – Investimentos Turísticos, S.A. tem como atividade principal a promoção e realização de empreendimentos turísticos. É proprietária do Hotel Vila Galé Ericelra, cuja gestão continua sob a responsabilidade da Vila Galé, S.A.
- Vila Galé Coimbra – Investimentos Turísticos e Imobiliários, S.A., tem como objecto social principal a concepção, construção, promoção, exploração e gestão

de empreendimentos turísticos e imobiliários. A empresa tem a exploração de unidade hoteleira na cidade de Coimbra;

- Vila Gale Évora, SA, tem como objecto social a Concepção, Construção, Promoção, Exploração e Gestão de Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, Gestão de Imóveis Próprios, Actividades recreativas e de animação turística, promoção e organização de festas, eventos e espectáculos. A empresa tem a exploração de unidade hoteleira na cidade de Évora.
- Casa de Sta Vitória – Sociedade Agro-Industrial, S.A. tem como actividade principal a produção e comercialização de vinhos comuns e licorosos no Mercado Nacional e Internacional. Complementarmente, presta serviços de vinificação para terceiros. Esta participada instalou a sua Adega na herdade da Malhada, concelho de Beja, propriedade da Vila Galé, S.A.
- SV Frutas, Lda, que tem como actividade, a exploração agrícola e silvícola, a produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas, a instalação e exploração de actividades agro-industriais. O intuito da SV Frutas é primordialmente a produção e comercialização de pêra rocha.
- Vila Galé Brasil – Atividades Hoteleiras, Ltda é uma sociedade brasileira que tem como actividade principal a promoção e realização de empreendimentos turísticos e imobiliários. É proprietária do Hotel Vila Galé Fortaleza, Hotel Vila Galé Marés, Hotel Vila Galé Salvador e do Hotel Vila Galé Cumbuco. Em termos operacionais, deve referir-se a gestão de duas Unidades Hoteleiras no Brasil, o Vila Galé Eco Resort de Angra, em Angra dos Reis e o Vila Galé Eco Resort do Cabo, no Cabo de Santo Agostinho, no Recife.
- VG Cintra Cumbuco Atividades Hoteleiras, Ltda, é uma sociedade brasileira que tem como objeto social a promoção e realização de empreendimentos imobiliários, administração de bens próprios, moveis e imóveis, incorporação de empreendimentos imobiliários, aluguer de imóveis próprios e compra e venda de Imóveis próprios. É proprietária de lotes de terreno no Cumbuco, Caucaia, Ceara, com vista à construção de empreendimentos imobiliários.
- DVG Empreendimentos Imobiliários, Ltda, é uma sociedade de direito brasileiro, tendo como objeto específico o planeamento, promoção, construção, incorporação e venda de unidades de empreendimento imobiliário denominado VG Sun Cumbuco, que será constituído em terreno situado no Cumbuco, Caucaia, Ceara. O prazo estimado de execução e apuramento do empreendimento é de 100 meses, estimando-se o valor de venda global em 94,6 milhões Reais.

- VG Sun Cumbuco, trata-se de um consórcio constituído no âmbito do projeto imobiliário referido no parágrafo anterior, com as seguintes participações (i) VG Cintra Cumbuco, 15% (ii) DVG, 79%, (iii) Diagonal, 6%. O consórcio não se constituiu como entidade jurídica distinta e a duração está vinculada à conclusão do empreendimento.
- Casa de Sta Vitória Brasil é uma sociedade de direito brasileiro, tendo como objeto a comercialização de vinhos e azeite no mercado Brasileiro.

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, método de consolidação e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2017, são os seguintes:

Firma: Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. Sede: Campo Grande, 28 - 11º 1700-093 Lisboa	Empresa-Mãe	Integral
Firma: Vila Galé Internacional, S.A. Sede: Hotel Vila Galé Estoril - Av Marginal - 2766-901 Estoril	100,00%	Integral
Firma: VG Cintra Cumbuco, Ltda Sede: Av. Dioguinho nº 4189 Sala 1, Praia do Futuro - Fortaleza	75,00%	Integral
Firma: Vila Galé Brasil, Ltda Sede: Av. Dioguinho nº 4189 - Praia do Futuro - Fortaleza	100,00%	Integral
Firma: Casa de Sta Vitória, S.A. Sede: Campo Grande nº 28 - 11, 1700-093 Lisboa	100,00%	Integral
Firma: Vila Galé Évora, SA Sede: Campo Grande nº 28 - 11, 1700-093 Lisboa	81,25%	Integral
Firma: Vila Galé Coimbra, S.A. Sede: Rua Abel Dias Urbano, 3000-001 Coimbra	99,99%	Integral
Firma: SV Frutas, Lda Sede: Herdade da Figueirinha, Beja	100,00%	Integral
Firma: DVG Empreendimentos Imobiliários Ltda Sede: Rua Frei Mansueto, nº 550, sala 1, Varjota - Fortaleza	100,00%	Integral
Firma: Consórcio VG Sun Cumbuco Sede: Rua Frei Mansueto, nº 550, sala 1, Varjota - Fortaleza	90,25%	Integral
Firma: Casa de Santa Vitória Brasil Sede: Praia de Guarajuba, 42820-000 Camaçari	100,00%	Integral
Firma: Vila Galé Gest - Soc. Gest Fundos Inv. Imobiliários Sede: Hotel Vila Galé Estoril - Av Marginal - 2766-901 Estoril	40,00%	Equivalência Patrimonial
Firma: Cumbuco Golf Resort, Ltda Sede: Av. Dioguinho nº 4189 Sala 1, Praia do Futuro - Fortaleza	38,00%	Equivalência Patrimonial

Durante o exercício de 2017 ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo Vila Galé:

- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Coimbra, SA por via da aquisição de 60 ações a José Silvestre Lavrador, passando a participação no capital social para 99,99%.
- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada Vila Galé Gest, SA por via da aquisição de 7 500 ações a Maria Helena da Costa Jorge, passando a participação no capital social para 40%.



- A Vila Galé, SA reforçou a sua posição no capital social da participada SV Frutas – Sociedade Agro-Industrial, Lda por via da aquisição pela participada Casa de Santa Vitória, de quota representativa de 50% do capital social à Sociedade Agrícola Quinta do Malpique, passando a participação no capital social para 100%.
- A Vila Galé Brasil reforçou a sua posição no capital social da participada DVG por via da aquisição de quota representativa de 50% do respetivo capital social à sociedade Diagonal, passando a participação no capital social para 100%.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Activos e Passivos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	32 175 226	33 502 308
Edifícios e outras construções	250 717 490	257 462 135
Equipamento básico	83 733 375	85 981 144
Equipamento transporte	2 062 592	2 042 064
Equipamento administrativo	4 118 412	4 028 637
Equipamentos biológicos	35 286	34 036
Outros activos fixos tangíveis	8 346 675	8 753 373
Activos fixos tangíveis em curso	14 092 569	3 110 437
Depreciações acumuladas	(245 270 600)	(245 013 298)
	150 011 026	149 900 835

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

Terrenos e recursos naturais	33 502 308	492 150	(648 438)	(1 170 794)		32 175 226
Edifícios e outras construções	257 462 135	6 527 560	(7 258 516)	(9 254 197)	3 240 510	250 717 490
Equipamento básico	85 981 144	1 525 098	(3 182 909)	(2 019 045)	1 429 089	83 733 375
Equipamento transporte	2 042 064	99 498	(43 334)	(69 204)	33 569	2 062 592
Equipamento administrativo	4 028 637	142 379	-	(52 604)		4 118 412
Equipamentos biológicos	34 036	2 506	(3 256)	-		35 286
Outros activos fixos tangíveis	8 753 373	25 318	(432 016)	-		8 346 675
Activos fixos tangíveis em curso	3 110 437	68 980 173	(11 907 387)	(135 563)	(53 955 090)	14 092 569
	394 914 133	75 794 774	(13 473 552)	(12 701 406)	(49 251 923)	395 281 626

Dep.Acum.-Edif.Out.Const.	(150 680 374)	(11 967 402)	2 582 514	(1 850 936)	-	(161 016 208)
Dep.Acum.-Eq.Básica	(72 625 650)	(3 026 132)	5 634 758	(1 730 118)	-	(71 247 142)
Dep.Acum.-Eq.Transporte	(1 631 221)	(250 973)	126 491	(54 044)	-	(1 799 743)
Dep.Acum.-Eq.Administrativo	(3 846 147)	(34 519)	88 130	(39 258)	-	(3 891 803)
Equipamentos biológicos	(33 200)	(707)	1 125	-	-	(32 782)
Dep.Acum.-Outros APT	(7 629 993)	(144 947)	-	432 016	-	(7 342 921)
	(236 446 592)	(14 524 650)	8 443 031	(2 742 348)	-	(245 270 599)

Dando continuidade ao plano continuado de remodelação e melhoramento das suas unidades hoteleiras, a Empresa realizou no exercício de 2017 obras num investimento total de 2,9 milhões de euros em Portugal e cerca de 5 milhões de euros no Brasil.

Foi concluída a construção da nova unidade hoteleira no Porto, Hotel Vila Galé Porto Ribeira, cujo investimento ascendeu a cerca de 5 Milhões de euros. O início da exploração hoteleira ocorreu em Outubro de 2017.

Está projetado um investimento numa nova unidade, Hotel Vila Galé Braga, num montante de cerca de 5 milhões de euros, estando com referência a 31 de dezembro de 2017,

executados cerca de 2 milhões de euros. Está prevista a conclusão da unidade em Maio de 2018.

No Brasil está projetada uma nova unidade, a saber Vila Galé Touros, num investimento total estimado de cerca de 20 milhões de euros, estando com referência a 31 de dezembro de 2017, executados cerca de 12 milhões de euros. Está prevista a conclusão da unidade em Julho de 2018.

7. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	2017	2016
Goodwill - Casa Santa Vitória	711 627	711 627
Goodwill - Vila Galé Internacional	1 985 960	2 140 010
Goodwill- SV Frutas	46 908	-
Amortizações acumuladas	(416 278)	(208 139)
	2 328 218	2 643 498

A Vila Galé procede à amortização do goodwill por um período de 10 anos.

No exercício de 2017 as amortizações ascenderam a 208 mil euros.

8. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Programas de Computador	391 661	388 255
Propriedade Industrial	474 072	474 072
Outros activos intangíveis	-	1 215 162
Amortizações Acumuladas	(484 215)	(1 651 778)
Perdas por impar.acumu.- Prop.Indus	(162 122)	(162 121)
	219 396	263 589

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

	2017	2016	2015	2014
Programas de Computador	388 255	3 405	-	-
Propriedade Industrial	474 072	-	-	-
Outros activos intangíveis	1 215 162	-	(1 215 162)	-
	2 077 488	3 405	(1 215 162)	865 733
Amort.Acum. - Programas Computad	(324 036)	(20 479)	-	(42 042)
Amort.Acum. - Propriedade Industrial	(70 871)	(26 787)	-	-
Amort.Acum. - Outros activos intan	(1 256 871)	-	1 256 871	-
Perdas por impar.acumu.- Prop.Indus	(162 121)	-	-	-
	(1 813 898)	(47 266)	1 256 871	(42 042)
				(546 336)

Handwritten signature and initials

A rubrica Propriedade Industrial compreende os custos com (i) direitos de plantação de vinha e (ii) alvarás de funcionamento dos hotéis. Os mesmos são amortizados por um período de 10 anos.

9. Activos biológicos

Esta rubrica é analisada como segue:

De produção	1 672 429	965 697
Animais	114 781	95 646
Plantas	2 349 520	1 491 088
Activos biológicos em curso	-	-
Depreciações Acumuladas - Plantas	(791 873)	(621 037)
Consumíveis	36 510	7 304
Animais	36 510	7 304
Plantas	-	-

Os movimentos ocorridos resumem-se de seguida:

De produção	965 697	732 565	(25 833)	1 672 429
Animais	95 646	44 969	(25 833)	114 781
Plantas	1 491 088	858 432	-	2 349 520
Activos biológicos em curso	-	-	-	-
Depreciações Acumuladas - Plantas	(621 037)	(170 836)	-	(791 873)
Consumíveis	7 304	34 003	(4 797)	36 510
Animais	7 304	34 003	(4 797)	36 510
Plantas	-	-	-	-

Os activos biológicos de produção - animais e os activos biológicos consumíveis - animais, estão valorizados pelo justo valor a 31 de Dezembro de 2017, com base em valores de mercado.

No que respeita os activos biológicos de produção - plantas, os quais compreendem vinha, olival e árvores de fruto, estão valorizados ao custo, menos depreciações e imparidades.

10. Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Investimentos em associadas		
MEP - Cumbuco Golf Resort	1 080 322	1 217 723
MEP - Ancra Ltda	252	294
MEP - Eco Resort Cabo	6 293	7 288
MEP - Vila Galé Gest	227 665	176 589
	1 314 531	1 401 894

As participadas apresentam a seguinte estrutura de balanço em 31 de Dezembro de 2017:

Handwritten signature and initials

Ativo: Vila Galé Gest - Soc. Gest. Fundos Inv. Imobiliários	45,00%	BRL	2012	575 298	6 137	165 182	84 135	(19 474)
Sede: Hotel Vila Galé Estoril - Av. Marginal - 2726-901 Estoril			2015	609 361	19 726	585 935	88 160	(704)
Ativo: Cumbuco Golf Resort, Lda	38,00%	EUR	2012	12 183 577	898 826	11 299 701	1 648 141	301 612
Sede: Av. Diogo Botelho nº 4189 Sala 1, Praia do Futuro - Fortaleza			2015	11 877 265	884 115	10 993 149	2 220 867	1 353 825
		EUR	2012	3 066 671	223 720	2 842 951	457 127	83 655
			2015	3 462 255	257 118	3 205 137	579 825	350 953

Não obstante a participação financeira nas sociedades de direito Brasileiro Ria, Ltda e Ancra Ltda ser superior em 50%, as mesmas foram excluídas do perímetro de consolidação dado que as estas se destinam à exploração dos hotéis Eco Resort do Cabo e Eco Resort de Ancra, exploração essa realizada pela Vila Gale ao abrigo de contratos de gestão, mediante a cobrança de remuneração de gestão, não existindo domínio ou poder de decisão da Vila Gale sobre as referidas sociedades.

As conversões cambiais para efeitos de equivalência patrimonial são apuradas conforme a política descrita na nota 2c).

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos expressos em moeda estrangeira:

	31-12-2012	31-12-2015
Real Brasileiro - BRL	3,9729	3,4305

11. Créditos a receber

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	2012	2015
Não Corrente	154 485	5 610 731
SV Frutas	-	150 000
Cumbuco Golf	154 485	178 911
DVG Empreendimentos Imobiliários	-	2 161 587
Diagonal Part e Incop Imob Ltda - DVG	-	126 026
Consortio VG SUN Residence	-	2 939 980
Casa Santa Vitória Brasil	-	54 226
Corrente	3 578 537	3 766 320
Remunerações a pagar	4 313	4 370
Adiantamentos	29 886	1 464
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Juros a receber	3 178	4 272
Outros acréscimos de rendimentos	195 016	-
Penhoras	-	-
DRHP - Direitos Reais Habitação Periódica	1 725 362	1 760 139
Empréstimos - VG Brasil	-	-
Empresas do Grupo	66 171	-
Vouchers	45 569	45 569
Cauções	715 940	909 520
Diversos	793 102	1 040 985

12. Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:



ATIVO	2017	2016
Investimentos noutras empresas		
Mendiano	373 726	373 726
Altec	70 000	70 000
Norgarante	-	14 160
Garval	-	14 160
Lisgarante	-	-
Coop.Agr. do Guadiana, CRL	7	7
Coop.Agr. de Vidigueira, CRL	100	100
Carne Alentejana	-	-
Outros investimentos financeiros		
Fundo Investimento Imobiliário Fechado	27 974	27 974
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	92 932	46 827
	564 739	546 954

13. Activos e Passivos por impostos diferidos

A Vila Galé regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

IMPOSTOS DIFERIDOS	2017	2016
Activos por Impostos Diferidos	9 313 477	8 065 901
Prejuízos fiscais	161 415	69 552
Programa de fidelização de clientes	20 388	138 954
Imparidades activos intangíveis	37 288	37 288
Ajustamentos justo valor	8 578	14 519
Processos Judiciais	-	-
Diferenças Cambiais	8 874 656	7 599 097
Imparidades Clientes	-	-
Excedentes de revalorização terrenos	202 206	197 544
Activos biológicos	8 946	8 946
Passivos por impostos diferidos	(6 425)	(242 503)
Excedentes de revalorização	-	-
Diferenças cambiais	-	(236 078)
Activos biológicos	(6 425)	(6 425)
Subsídios ao investimento	-	-

Os impostos diferidos activos associados a diferenças cambiais respeitam à participada no Brasil. De acordo com legislação Brasileira, as variações cambiais apenas são consideradas para efeitos fiscais aquando do fecho da respectiva operação que lhe está subjacente.

14. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Handwritten signatures and initials:
R + A
A

MERCADORIAS	8 173 452	4 890 639
Mercadorias em armazém	8 173 452	4 890 639
MATÉRIAS PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	45 327	58 401
MP - Produtos Enológicos	3 721	6 879
MP - Produtos de Higienização	700	925
Embalagens de consumo	40 907	50 597
Embalagens de consumo em poder de terceiros	-	-
PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	3 052 087	3 217 464
Produtos acabados e intermédios	1 301 750	1 542 205
Produtos acabados - Vinho	302 381	229 560
Produtos acabados - Azeite	52 210	61 046
Prod.Interm. - Vinho Semi Acabado	863 894	936 856
Prod.Interm. em poder terceiros - Azeite	531 853	447 797
	11 270 865	8 166 504

15. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Clientes c/c	13 488 565	16 567 231
Clientes em trânsito	3 852 400	3 297 680
Clientes de Cobrança Duvidosa	2 132 776	2 439 752
Perdas por Imparidade Acumuladas	(2 807 099)	(3 608 152)
	16 666 643	18 696 510

Os Clientes em casa compreendem as receitas geradas pelos hóspedes em casa a 31 de Dezembro de 2017, cuja facturação terá lugar no exercício de 2018.

Perdas por imparidade; Com referência a 31 de Dezembro de 2017 foram (a) utilizadas imparidades no montante de 1 144 065 euros, e (b) constituídas imparidades no montante de 343 012 euros. Em 2016 foram constituídas imparidades no montante de 226 285 euros.

16. Adiantamentos a fornecedores

Esta rubrica é analisada como segue:

Adiantamentos a fornecedores	1 984 768	1 181 877
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-
Perdas por imparidade	-	-
	1 984 768	1 181 877

17. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

Handwritten signature

	2017	2016
Impostos a receber	4 773 833	1 961 608
Imposto sobre o rendimento	3 933 046	1 581 642
Retenção de impostos s/rendimentos	-	23
IVA - A PAGAR	-	-
IVA - A RECUPERAR	444 488	295 117
IVA - REEMBOLSOS PEDIDOS	322 116	9 913
IVA - LIQUID OFÍCIOS	-	-
Outros impostos	74 183	74 897
Contribuições para a segurança social	-	-
Tributos de autarquias locais	-	-
FCT e FGCT	-	17
Outras tributações	-	-
Impostos a pagar	3 309 683	3 863 741
Imposto sobre o rendimento	1 692 759	2 352 801
Retenção de impostos s/rendimentos	740 857	762 962
IVA - A PAGAR	89 076	75 795
IVA - A RECUPERAR	-	-
IVA - REEMBOLSOS PEDIDOS	-	-
IVA - LIQUID OFÍCIOS	-	-
Outros impostos	2	2 239
Contribuições para a segurança social	776 483	667 328
Tributos de autarquias locais	-	-
FCT e FGCT - a pagar	10 505	2 615
Outras tributações	-	-

18. Diferimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Gastos a reconhecer	6 455 291	210 591
Vales	740	-
Gastos a reconhecer - Rendas	82 627	81 737
Gastos a reconhecer - Outros	6 371 924	128 854
Rendimentos a reconhecer	1 229 943	854 396
Juros sobre Contratos de Mutuo	11 369	14 656
Vouchers	1 207 628	811 755
Rendimentos a reconhecer - Outros	10 946	27 984

A rubrica Vouchers compreende o diferimento de proveitos inerentes aos vouchers vendidos, cujo reconhecimento em rendimentos ocorre aquando da sua utilização nos hotéis pelos titulares dos vouchers.

19. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários é analisada como segue:

	2017	2016
CAIXA	160 242	168 402
DEPÓSITOS À ORDEM	10 449 224	4 765 144
OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	22 771 017	51 885 151
33 380 483	56 818 698	

for
[Signature]

20. Capital

	31.12.2017	31.12.2016
Capital	22 062 600	22 062 600
	22 062 600	22 062 600

A Vila Galé é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, totalmente subscrito e realizado, é composto por 4 412 520 ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada.

A 31 de Dezembro de 2017, o capital social apresenta a seguinte estrutura acionista:

	31.12.2017		
XPAR - Participações e Investimentos, SA	13 049 100	2 609 820	59,15%
José Silvestre Lavrador	3 403 620	680 724	15,43%
Maria Helena Jorge	3 403 620	680 724	15,43%
Ações Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

A 31 de Dezembro de 2016, o capital social apresentava a seguinte estrutura acionista:

	31.12.2016		
Jorge Rebelo de Almeida	11 346 480	2 269 296	51,43%
José Silvestre Lavrador	4 254 930	850 986	19,29%
Maria Helena Jorge	4 254 930	850 986	19,29%
Ações Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

21. Ações próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Valor nominal	(2 206 260)	(2 206 260)
Descontos e prémios	(55 868 740)	(55 868 740)
	(58 075 000)	(58 075 000)

A Sociedade é detentora de 441 252 ações próprias, adquiridas no decurso dos exercícios de 2009 e 2015. Foi constituída a respetiva reserva indisponível por igual montante.

22. Reservas Legais

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Vila Galé	4 412 520	2 854 354
Vila Galé Internacional	389 414	389 414
Vila Galé Coimbra	107 193	57 825
Vila Galé Évora	35 892	-
Casa de Santa Vitória	59 158	42 670
	5 004 178	3 344 263

23. Outras Reservas

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Reservas livres	-	12 947 677
Reservas especiais	-	447 876
Reserva de Fusão	16 564 734	16 564 734
Reservas Indisponíveis	58 075 000	58 075 000
Goodwill Vila Galé Coimbra	334 224	334 224
Goodwill Vila Galé Brasil	11 171 993	2 760 535
Goodwill Vila Galé Cintra Cumbuco	88 077	88 077
	86 234 028	91 218 122

24. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
VG Cintra Cumbuco	17 479	53 235
Capitais	48 871	104 246
Resultado Exercício	(31 392)	(51 011)
Vila Galé Évora	2 100 689	2 162 018
Capitais	2 155 555	2 027 423
Resultado Exercício	(54 866)	134 595
Vila Galé Coimbra	1 074	1 304
Capitais	896	1 107
Resultado Exercício	179	197
	2 119 243	2 216 557

25. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Provisões processos Judiciais	740 205	805 143
Outros instrumentos financeiros	-	-
	740 205	805 143

Esta rubrica compreende a provisão constituída inerente a processos judiciais em curso em 31 de Dezembro de 2017.

26. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Handwritten signatures and initials:
R. M.
A.

Não corrente	51 710 812	65 534 567
Empréstimos Bancários	33 182 638	48 344 355
Contas caucionadas	2 000 000	1 000 000
Locações financeiras	20 686	96 682
Participantes de capital	()	3 560 072
Empresas Associadas	-	-
Outros financiadores	16 507 489	12 533 458
Corrente	9 864 777	11 010 468
Empréstimos Bancários	8 590 219	10 236 067
Descobertos Bancários DO	-	-
Contas caucionadas	-	-
Locações financeiras	79 045	121 568
Outros financiadores	1 195 514	652 834

Os outros financiadores respeitam ao financiamento do Turismo de Portugal e aos apoios contraídos no âmbito do programa Jessica.

27. Fornecedores

Esta rubrica é analisada como segue:

Fornecedores c/c	11 825 691	11 074 374
Facturas em recepção e conferência	1 379 103	1 109 473
Adiantamentos a fornecedores	-	-
	13 204 794	12 183 847

28. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

Não corrente	4 957 978	3 675 447
Accionistas	-	379 652
Subsídios - Imposto a pagar	2 988 892	946 757
Outros devedores e credores	1 969 085	2 349 037
Corrente	6 839 484	8 155 844
Órgãos Sociais - Remunerações	-	11
Pessoal - Remunerações	6 267	3 469
Credores por acréscimos de gastos	-	-
Remunerações a liquidar	4 223 086	3 668 662
Juros a liquidar	197 132	104 708
IMI - Imposto Municipal de Imóveis	506 041	432 053
Estrelas cartões Vila Galé	88 641	604 149
Outros acréscimos de gastos	240 297	173 800
Penhoras	9 976	7 335
DRHP- Direitos Reais Habitação Periódica	737 078	722 842
Rendimentos DRHP a liquidar	1 479 229	1 403 792
Empresas do Grupo	-	3 842
Vouchers	-	-
Cações	-	-
Diversos	(648 263)	1 031 180
	11 797 462	11 831 291

A rubrica Subsídios - Imposto a pagar, compreende o montante de imposto associado aos subsídios não reembolsáveis. De acordo com a Comissão de Normalização Contabilística o.

valor escriturado dos ativos afetos ao subsídio é igual à sua base fiscal. Por conseguinte, não existe qualquer diferença temporária tributável, e como tal não haverá lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos.

A rubrica Remunerações a liquidar, compreende a estimativa de férias, subsídio de férias, subsídio de natal e respectivos encargos, a liquidar futuramente aos colaboradores, por direitos já adquiridos;

A rubrica Estrelas cartões Vila Gale, compreende o reconhecimento dos programas de fidelização de clientes em vigor, resultante da aplicação da IFRIC 13.

A rubrica Rendimentos DRHP a liquidar, compreende o montante a pagar aos titulares de DRHP inerentes à rentabilização de semanas do exercício de 2017, a liquidar no decurso do exercício de 2018.

29. Vendas e serviços prestados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
VENDAS	7 314 724	2 541 844
Mercadorias	3 914 056	(28 576)
Produtos Acabados e Intermediários	1 960 896	2 120 711
Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	8 725	12 014
Activos biológicos - Animais	35 025	382 642
Activos biológicos - Plantas	1 687 503	205 428
Devoluções de Vendas	(208 323)	(61 754)
Descontos e Abatimentos em Vendas	(83 157)	(88 622)
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	155 167 706	143 031 701
Alojamento	118 942 137	108 553 614
Restauração - F&B	29 948 409	28 638 364
Serviços	3 626 663	3 208 759
Taxas de manutenção - DRHP	1 143 594	1 104 324
Impostos sobre Vendas e Serviços	-	-
Serviços de Vinificação	61 065	58 413
Visitas a Adega	7 058	6 548
Outros Serviços	1 438 780	1 461 679
	162 482 430	145 573 545

As rubricas Variações nos inventários de produção e Custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas, são analisadas como segue:

	2017	2016
Variações nos inventários da produção	(56 303)	225 396
C.M.V.M.C.	(21 662 171)	(22 302 263)
MERCADORIAS	(942 325)	(2 030 718)
MATÉRIAS-PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO	(426 998)	(171 469)
MP - Comidas	(15 875 240)	(16 308 049)
MP - Bebidas	(4 263 801)	(3 638 135)
MP - Consumíveis Agrícolas	(153 806)	(153 893)
Activos biológicos (compras)	-	-
	(21 718 474)	(22 076 868)

30. Subsídios à exploração

A rubrica de subsídios à exploração é analisada como segue:

	2011	2010
Subsídios IFAP	257 137	493 311
Subsídios IEPF	39 201	10 843
Subsídios POPH	-	-
Subvenções obtidas	89 329	80 999
	385 668	585 153

31. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2011	2010
Subcontratos	(1 609 536)	(1 845 474)
Trabalhos especializados	(6 310 777)	(6 554 168)
Publicidade e propaganda	(1 545 898)	(1 695 410)
Vigilância e segurança	(964 954)	(943 980)
Honorários	(426 001)	(475 845)
Comissões	(4 998 671)	(4 168 922)
Conservação e reparação	(5 775 315)	(5 511 918)
FSE Outros	(79)	(281)
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	(834 593)	(686 298)
Livros de documentação técnica	(150)	(7 764)
Material de escritório	(263 270)	(249 944)
Artigos para oferta	-	(203)
Outros materiais	(2 847 307)	(2 686 295)
Electricidade	(4 658 909)	(4 061 924)
Combustíveis	(1 704 548)	(1 539 376)
Água	(1 940 118)	(1 967 596)
Deslocações e estadas	(354 293)	(312 888)
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadoria	(102 471)	(98 927)
Outros	(52 771)	(52 959)
Rendas e alugueres	(3 312 888)	(3 098 222)
Comunicação	(437 212)	(396 382)
Seguros	(321 731)	(276 120)
Contencioso e notariado	(31 517)	(61 226)
Despesas de representação	(49 029)	(78 012)
Limpeza, higiene e conforto	(1 487 080)	(1 397 671)
Outros serviços	(1 121 396)	(989 419)
	(41 150 517)	(39 157 224)

32. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal é analisada como segue:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	(240 164)	(457 090)
Remunerações do pessoal	(27 440 729)	(24 107 221)
Indemnizações	(198 408)	(182 604)
Encargos sobre remunerações	(6 778 675)	(5 838 764)
Seguro acidentes trabalho e doenças prof	(568 198)	(453 952)
Gastos acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	(1 941 094)	(1 760 603)
	(37 167 267)	(32 800 233)

33. Aumentos/reduções justo valor

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Perdas por reduções de justo valor		
Em activos biológicos consumo	-	-
Em activos biológicos produção	-	-
Ganhos por aumentos de justo valor	-	-
Em activos biológicos consumo	-	(47 009)
Em activos biológicos produção	30 630	80 724
	30 630	33 715

34. Outros rendimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Outros rendimentos suplementares	1 792 335	518 667
Descontos de pronto pagamento obtidos	29 453	32 403
Recuperação dívidas a receber	-	-
Diferenças de câmbio	5 584 558	57 500
Rend. e ganhos em invest. não financeiros	61 867	63 690
Sinistros	12 175	17 435
Correcções relativas períodos anteriores	198	561 516
Excesso da estimativa para impostos	188 398	98 043
Imputação de subsídios p/ investimentos	644 007	755 842
Outros	(819 199)	684 743
	7 493 792	2 789 838

35. Outros gastos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Impostos directos	(1 195 770)	(750 452)
Impostos indirectos	(33 960)	(43 529)
Taxas	(287 262)	(353 527)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(4 411)	(7 252)
Perdas em inventários	(1 666)	(23 792)
Alienações AFT	-	-
Correcções relativas períodos anteriores	-	(4 988)
Donativos	(329 846)	(337 598)
Quotizações	(87 207)	(105 331)
Insuficiência da estimativa p/ impostos	(31 687)	(11 124)
Outros não especificados	(995 636)	(425 414)
	(2 967 446)	(2 063 007)

36. Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
Juros obtidos		
De depósitos	4 883 773	2 888 919
De financiamentos conced.a subsidiárias	2 995 304	1 932 290
Juros de mora e indemnizatórios	-	-
Outros financiamentos	8 049	10 009
Dividendos obtidos	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	11 233 619
	7 887 126	16 064 837

37. Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica é analisada como segue:

Juros e gastos similares	2017	2016
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	(4 856 908)	(4 034 161)
Juros de mora e compensatórios	(1 209)	(6 151)
Outros juros	(3 819)	(6 710)
Outros	(95 256)	(45 347)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(13 072 932)	50 151
	(18 030 124)	(4 042 218)

38. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes, de acordo com a legislação em sede de IRC em vigor no ano em que tal prejuízo é gerado.

No Brasil, a utilização de prejuízos fiscais não tem prazo, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, os impostos sobre lucros apresentam a seguinte decomposição:

	2017	2016
Imposto estimado para o período	(10 303 644)	(8 243 416)
Imposto diferido	2 446 572	(3 564 528)
	(7 857 072)	(11 807 944)

As taxas de Imposto sobre o rendimento estão fixadas em:

- Portugal; 21%

R 12
A

- Brasil; 25% a título de IR (reduzida em 75% inerente a benefícios fiscais), acrescida de 9% a título de CSLL

39. Resultado líquido do período

O resultado líquido consolidado do período atribuível à Vila Galé é analisado como segue:

	2017	2016
Vila Galé	24 972 238	19 334 385
Vila Galé Internacional	(188 323)	177 588
Casa Santa Vitória	364 314	330 856
Vila Galé Coimbra	1 286 139	999 543
Vila Galé Brasil	4 987 916	15 100 828
Vila Galé Évora	(237 752)	583 247
SV Frutas	(107 929)	(52 195)
DVG	890 731	(206 691)
Casa Santa Vitória Brasil	169 119	-
VG Cintra Cumbuco	(125 505)	(152 931)
	32 010 947	36 114 629

40. Resultado por acção

	2017	2016
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores de capital da empresa-mãe	32 010 947	36 114 629
Interesses que não controlam	(86 079)	83 782
	31 924 868	36 198 411
Numero médio de Acções livres	3 971 268	3 971 268
Resultado por acção básico	8,06	9,09

41. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Vila Galé que não figuram no balanço, em 31 de Dezembro de 2017, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Garantias reais:

Vila Galé	Santander	Hipoteca	Hotel Vila Galé Marina	Construção do hotel Vila Galé Cumbuco	7 290 250
Vila Galé	Santander	Hipoteca	Hotel Vila Galé Santa Cruz	Construção do hotel Vila Galé Santa Cruz	555 586
Vila Galé	Turismo Portugal	Hipoteca	Hotel Vila Galé Santa Cruz	Construção do hotel Vila Galé Santa Cruz	84 874
Vila Galé	CCAM	Hipoteca	Hotel Vila Galé Lagos	Construção do hotel Vila Galé Lagos	5 950 000
Vila Galé	CGD	Hipoteca	Hotel Vila Galé Porto	Apoio Tesouraria	6 844 828
Vila Galé	CGD	Hipoteca	Hotel Vila Galé Náutico	Apoio Tesouraria	14 400 000
Vila Galé	BPI/ BEI	Hipoteca	Hotel Vila Galé Douro	Contrato Financiamento JESSICA	2 553 571
Vila Galé Coimbra	Turismo Portugal	Hipoteca	Hotel Vila Galé Coimbra	Construção do hotel Vila Galé Coimbra	1 400 000
Vila Galé Coimbra	Santander	Hipoteca	Hotel Vila Galé Coimbra	Construção do hotel Vila Galé Coimbra	2 190 000
Vila Galé Internacional	BPI/ BEI	Hipoteca	Hotel Vila Galé Porto Ribeira	Contrato Financiamento JESSICA	5 080 448
					46 259 525

Garantias financeiras:

Handwritten signature and initials

Vila Galé	MillenniumBCP	Garantia Bancária	Titulares direitos reais CRHP Village	347 635
Vila Galé	MillenniumBCP	Garantia Bancária	Titulares direitos reais CRHP Atlântico	1 118 306
Vila Galé	MillenniumBCP	Garantia Bancária	Titulares direitos reais CRHP Ampalius	401 136
Vila Galé	MillenniumBCP	Garantia Bancária	Município de Oeiras	56 550
Vila Galé	Santander	Garantia Bancária	Titulares direitos reais CRHP Cerro Alagoa	588 864
Vila Galé Évora	BPI	Garantia Bancária	IAPMEI - Inst Apoio às Pequenas e Médias Empresas e a Inovação	832 172
Vila Galé Coimbra	Santander	Garantia Bancária	IAPMEI - Inst Apoio às Pequenas e Médias Empresas e a Inovação	275 966
Vila Galé Coimbra	Santander	Garantia Bancária	Protocolo Bancário	1 400 090
				5 020 680

42. Contingências

Passivos contingentes:

A Vila Galé possui passivos contingentes respeitantes a processos judiciais em curso. Adicionalmente às provisões constituídas com referência a 31 de Dezembro de 2017, não são estimados passivos decorrentes destes passivos contingentes.

43. Partes relacionadas

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a estrutura acionista da Vila Galé é analisada como segue:

XPAR - Participações e Investimentos, SA	13 049 100	2 609 820	59,15%
José Silvestre Lavrador	3 403 620	680 724	15,43%
Maria Helena Jorge	3 403 620	680 724	15,43%
Acções Próprias	2 206 260	441 252	10,00%
	22 062 600	4 412 520	100,00%

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 são como segue:

JORGE AFONSO CAMPOS REBELO DE ALMEIDA - Presidente	-	2 269 296
GONÇALO NUNO STOFFEL REBELO DE ALMEIDA - Vogal	-	-
MARIA FILOMENA ARRAGA DA CAMARA STONE SANZ PINTO - Vogal	-	-
ANTÓNIO HENRIQUES DE PINHO CARDÃO- Presidente	-	-
MANUEL LARANJO PEREIRA - Vogal	-	-
MANUEL ADRIANO DE CARVALHO NUNES - Vogal	-	-

Saldos e transacções com empresas do Grupo e Associadas

Os saldos com empresas do Grupo e associadas que foram objecto de anulação em sede de consolidação a 31 de Dezembro de 2017 são analisados como segue:

Handwritten signature and initials

Cientes	2 974 227	1 848 307
Vila Galé	2 397 789	1 480 076
Vila Galé Internacional	123 000	135 980
Vila Galé Coimbra	58 343	46 881
Vila Galé Évora	6 513	3 231
Vila Galé Brasil	94 735	94 735
Casa de Santa Vitoria	293 846	87 404
Empréstimos concedidos	63 349 647	59 625 191
Vila Galé	62 668 561	59 625 191
Casa de Santa Vitoria	50 000	-
Vila Galé Brasil	631 086	-
DVG	-	-
Vila Galé Internacional	-	-
Outras contas a receber	2 400 499	1 343 721
Vila Galé	2 054 392	781 103
Vila Galé Brasil	-	336 491
Vila Galé Internacional	77 704	70 209
Vila Galé Évora	155 167	89 691
Vila Galé Coimbra	113 235	66 227
Fornecedores	(2 983 096)	(1 835 327)
Vila Galé	(202 479)	(182 257)
Vila Galé Internacional	(96 516)	(94 735)
Vila Galé Coimbra	(7 730)	(3 392)
Casa de Santa Vitoria	(1 023 602)	(970 783)
Vila Galé Évora	(690 331)	(4 177)
SV Frutas	(22 851)	(5 186)
Vila Galé Brasil	(727 784)	(574 797)
Casa de Santa Vitoria Brasil	(211 804)	-
VG Cintra Cumbuco	-	-
Empréstimos obtidos	(62 811 907)	(59 625 191)
Vila Galé Internacional	(4 450 000)	(4 450 000)
Casa de Santa Vitoria	-	-
Vila Galé Brasil	(58 018 561)	(55 025 191)
DVG	-	-
SV Frutas	(200 000)	(150 000)
Casa de Santa Vitoria Brasil	(135 525)	-
VG Cintra Cumbuco	(7 821)	-
Outras contas a pagar	(2 929 370)	(1 356 701)
Vila Galé	(770 021)	(520 572)
Vila Galé Internacional	(1 024 347)	(450)
Vila Galé Évora	(174 890)	(7 876)
Vila Galé Coimbra	(142 062)	(9 810)
Casa de Santa Vitoria	(14 971)	(500 263)
SV Frutas	(748 975)	(263 627)
Vila Galé Brasil	(54 103)	(54 103)

As transacções com empresas do Grupo e associadas que foram objecto de anulação em sede de consolidação a 31 de Dezembro de 2017, são analisadas como segue:



CMVMC	1 529 602	1 349 013
Vila Galé	507 272	755 234
Vila Galé Internacional	2 302	-
Vila Galé Brasil	-	-
Casa de Santa Vitoria	804 624	593 779
Vila Gale Evora	18 662	-
Casa de Santa Vitoria Brasil	173 190	-
Vila Galé Coimbra	23 552	-
Fornecimentos e serviços externos	2 376 331	1 300 055
Vila Galé	610 667	693 374
Vila Galé Internacional	3 743	600 000
Vila Galé Brasil	-	-
Casa de Santa Vitoria	156 670	6 681
Vila Gale Evora	1 508 987	-
SV Frutas	76 144	-
Vila Galé Coimbra	20 120	-
Gastos financeiros	3 018 990	1 636 895
Vila Galé Brasil	3 006 972	1 636 895
Vila Gale Evora	-	-
SV Frutas	11 667	-
Casa de Santa Vitoria	351	-
Vendas e serviços prestados	(1 540 817)	(1 828 558)
Vila Galé	(804 624)	(535 986)
Vila Galé Brasil	-	(494 986)
Vila Galé Coimbra	-	(23 028)
Vila Galé Evora	-	(20 680)
Casa de Santa Vitoria	(736 193)	(753 878)
Rendimentos financeiros	(3 018 639)	(1 636 649)
Vila Galé	(3 018 639)	(1 636 649)
Vila Galé Internacional	-	-
Outros rendimentos	(2 365 467)	(820 756)
Vila Galé	(1 765 467)	(220 756)
Vila Galé Internacional	(600 000)	(600 000)

44. Eventos relevantes ou subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes.

45. Relato financeiro por actividades

Uma actividade de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis das restantes actividades de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e

Handwritten signature and initials

benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo desenvolve actividades (a) no sector hoteleiro em Portugal e no Brasil, (b) no sector agrícola em Portugal, embora este se assuma residual e (c) no sector imobiliário no Brasil, este também residual.

O sistema de reporte interno do Grupo permite a obtenção de informação sobre as diversas actividades de negócio, organizados por geografia.

Caracterização das actividades

Os valores reportados para cada actividade de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada actividade, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas da demonstração dos resultados para cada actividade têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

RJA
A

Demonstração dos resultados por actividades

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017:

Vendas e serviços prestados	158 030 925	90 204 309	3 770 582	398 618	9 889 619	(1 540 512)	162 482 430
Subsídios à exploração	352 230	-	35 477	-	-	-	385 468
Perdas/ganhos imputados de subsidiárias, associações e empreendimentos conjuntos	(7 782)	28 644	-	-	-	-	21 060
Versão nos inventários da produção	(89 759)	-	(6 344)	-	-	-	(59 939)
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas	(10 436 479)	(9 807 739)	(1 916 034)	(148 313)	(930 702)	1 029 302	(31 462 471)
Fornecedores e serviços externos	(29 298 477)	(18 101 110)	(1 110 763)	(17 846)	-	2 376 331	(41 150 917)
Gastos com pessoal	(26 227 980)	(12 042 785)	(291 479)	(4 752)	(2 62)	-	(37 167 267)
Importação de inventários (perdas/ganhos)	-	-	-	-	-	-	-
Importação de dívidas a receber (perdas/ganhos)	(206 539)	(75 419)	(3 94)	-	-	-	(143 072)
Provisões (aumentos/reduções)	(34 212)	(78)	-	-	-	-	(54 953)
Importação de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/ganhos)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/reduções de lucro líquido	30 030	-	-	-	-	-	30 030
Outros resultados	4 388 544	1 592 194	(71 304)	-	8 513	(2 365 467)	7 493 702
Outras despesas	(1 046 100)	(1 024 385)	(30 122)	(2 736)	(445 852)	-	(2 557 426)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	45 050 294	19 072 295	705 013	226 108	1 377 903	(351)	60 032 528
Ganhos/reversões de depreciação e de amortização	(11 712 391)	(5 062 208)	(335 071)	-	-	-	(17 107 661)
Importação de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/ganhos)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	33 338 003	14 010 088	372 962	226 108	1 377 903	(351)	42 924 868
Juros e rendimentos financeiros obtidos	4 028 340	7 756 023	9 049	-	112 759	(3 018 639)	9 889 128
Juros e gastos financeiros suportados	(296 871)	(18 975 464)	(63 110)	-	(8 277 828)	3 028 080	(28 039 128)
Resultado antes de impostos	35 600 203	3 790 647	319 900	226 108	812 928	0	35 721 942
Imposto sobre o rendimento do período	(2 832 088)	(1 862 453)	(83 115)	(56 886)	(47 361)	-	(7 877 602)
Resultado líquido do período	32 768 115	1 928 194	236 785	169 222	765 567	0	27 844 340
Resultado líquido do período atribuível a:							
Detentores da quota de empresa-mãe	25 823 302	9 950 524	75 385	169 119	786 518	0	32 010 049
Interesses que não controlam	(54 087)	-	-	-	(21 392)	-	(76 078)
Resultado líquido do período atribuível a:	25 777 615	9 950 524	75 385	169 119	765 227	0	31 933 971
Resultado por acção ordinária	1,50	1,25	0,06	0,00	0,20	0,00	1,50

Handwritten signature

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

Vendas e serviços prestados	94.462.138	47.057.915	8.706.118	3.165.929	(1.828.558)	245.573.545
Subsídios à exploração	556.549	-	28.603	-	-	585.153
Ganhos/perdas (imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos)	(211)	149.805	-	-	-	149.594
Variação nos inventários da produção	(163.514)	-	386.909	-	-	223.395
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e da matéria consumida	(9.611.325)	(10.571.353)	(1.542.311)	(1.927.272)	1.349.897	(22.002.264)
Fornecedores a serviços externos	(25.810.759)	(19.450.829)	(341.944)	(360.857)	1.307.176	(39.157.224)
Gastos com o pessoal	(23.102.833)	(11.450.302)	(247.086)	-	-	(32.800.221)
(Impairment de inventários (perdas)/reversões)	-	-	-	-	-	-
(Impairment de dívidas a receber (perdas)/reversões)	(114.925)	(105.000)	(6.360)	-	-	(226.285)
Provisões (aumentos/reduções)	(1.250)	(182.399)	(7.500)	-	-	(186.149)
(Impairment de investimentos não depreciáveis/emortizáveis (perdas)/reversões)	-	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	33.715	-	-	-	-	33.715
Outros rendimentos	2.864.792	627.767	152.360	(26.328)	(838.757)	2.789.835
Outros gastos	(1.030.765)	(818.940)	(43.948)	(261.256)	-	(2.053.009)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	40.074.619	11.267.671	589.832	600.105	(242)	52.527.184
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(11.950.767)	(4.455.075)	(223.585)	-	-	(16.638.427)
(Impairment de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas)/reversões)	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	28.123.851	6.812.596	366.247	599.205	(242)	35.888.757
Juros e rendimentos similares obtidos	1.959.375	23.673.177	10.009	58.245	(9.635.969)	16.064.837
Juros e gastos similares suportados	(1.002.359)	(11.550.886)	(18.858)	(1.106.185)	9.638.111	(4.042.218)
Resultado antes de impostos	29.080.867	18.934.887	257.397	(557.735)	-	48.006.355
Imposto sobre o rendimento do período	(7.842.448)	(3.833.602)	(78.796)	(52.859)	-	(11.807.605)
Resultado líquido do período	21.238.419	15.101.285	278.601	(610.633)	-	36.198.750
Resultado líquido do período atribuível a:						
Detentores de capital da empresa-mãe	21.094.565	15.101.085	278.601	(339.622)	-	36.114.629
Interesses que não controlam	143.854	-	-	(271.011)	-	63.121
Resultado por acção básico	5.31	3.80	0.07	-0.09	0.00	9.09

R + A

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADO

R + A
A

VILA GALÉ, SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONSOLIDADO





RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

ANO 2017

SENHORES ACCIONISTAS,

Em conformidade com a legislação em vigor, apresentamos o Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas de **VILA GALÉ – SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, verificámos que, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram seguidos os princípios contabilísticos e normas de consolidação aplicáveis, bem como com as diretrizes da Comissão de Normalização Contabilística.

No âmbito da nossa atividade verificámos, nomeadamente:

- que as demonstrações financeiras incluídas na consolidação foram devidamente examinadas, tendo sido obtidos os esclarecimentos julgados convenientes;
- que as operações de consolidação foram adequadamente tratadas;
- que as políticas contabilísticas adoptadas foram adequadas e devidamente explicitadas nas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Não nos foi reportada nem verificámos, no decorrer do exercício, qualquer irregularidade por parte da sociedade, seus accionistas, colaboradores ou outros, nomeadamente de natureza fiscal, ou ato lesivo dos interesses da sociedade ou de algum ou alguns dos accionistas.

O Conselho Fiscal seguiu de perto os trabalhos da BDO & ASSOCIADOS – SROC, LDA, representada pelo Dr. Rui Helena, bem como a Certificação Legal das Contas pela mesma produzida, que considera que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Vila Galé - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA.**, em 31 de Dezembro de 2017, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

O Relatório de Gestão sobre as Contas Consolidadas refere com adequado detalhe os factos mais relevantes ocorridos no exercício, expõe adequadamente a atividade da empresa bem como a evolução dos seus negócios e resultados, permitindo compreender a situação da Sociedade e as perspetivas da sua evolução, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

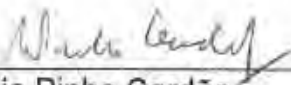
O Conselho Fiscal examinou a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2017, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo, o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão sobre as Contas Consolidadas, os quais, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Consolidadas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER


Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados pela Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 29 de maio de 2018

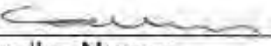
O CONSELHO FISCAL



Presidente: - António Pinho Cardão



Vogal: - Manuel Laranjo Pereira



Vogal: - Manuel Carvalho Nunes